

A Guerra da Tríplice Aliança no processo de consolidação do Exército e do Estado Nacional Brasileiro

Uma análise prospectiva segundo a teoria foucaultiana da guerra

Andre Marcos Pereira*

RESUMO

O presente artigo enfoca a Guerra da Tríplice Aliança a partir da narrativa foucaultiana da guerra. Os conhecimentos apresentados visam à reflexão sobre o significado da aplicação dessa teoria ao discurso histórico relacionado à formação e consolidação tanto do Exército quanto do Estado Nacional Brasileiro. Por considerar que o espaço-tempo da Guerra da Tríplice Aliança é, sob o viés historiográfico, permeado pelos discursos afeitos à História Política, torna-se necessário recolocar a guerra como uma das principais matrizes de construção da nacionalidade, sendo o Exército Brasileiro, partícipe efetivo desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Exército Brasileiro. Narrativa da Guerra. Tríplice Aliança.

Introdução

A História do Exército vincula-se tanto ao processo de formação como de consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Embora a episteme do termo Estado possua uma acepção bastante ampliada nos estudos de Ciência Política, ela não se desvincula de sua matriz moderna, fundada no princípio hobbesiano da ordem, na qual a soberania ocupa um lugar central.

Ao considerar os processos cíclicos que determinaram a atual configuração política na-

cional, percebe-se que as construções jurídicas devotadas à instrumentalização dessa soberania somente se efetivam na medida em que o Estado se consolida no âmbito de suas marcas territoriais, sendo tal consolidação inexoravelmente definida pelas circunstâncias da própria guerra. Nesse aspecto, considerando-se a universalidade do tema, aplicado tanto aos estudos de História como da Ciência Política, é relevante assinalar o significado que a Guerra da Tríplice Aliança, notadamente a maior batalha campal da América do Sul, exerceu sobre os processos de construção e modernização do país.

* Maj QCO (Magistério, História; EsAEx/96 e EsAO/05), graduado em História (UECE/95), especializado em História do Brasil (UFMS/93), mestre em Integração Latino-Americana (UFMS/01) e professor do Colégio Militar de Fortaleza.

Do preâmbulo da guerra: a intrincada geopolítica do Prata

No transcurso secular moderno, a guerra esteve na origem da definição jurídica e política do Estado, tendo ainda, segundo a historiografia Política, sido diretamente responsável pela instituição da ordem nacional moderna.¹

A intrincada geopolítica do Prata tem sido uma referência "macro" nos estudos do maior conflito armado da América do Sul. A despeito das tradições históricas que, via de regra, divergem sobre alguns aspectos, essa geopolítica tem sido colocada na origem dos principais conflitos platinos.

Historicamente isso é compreensível na medida em que o antigo Vice-Reinado do Prata², instituído em 1776 pela Coroa Espanhola, despertava também o interesse do Império Português. As escaramuças envolvendo disputas pelo controle da Colônia do Santíssimo Sacramento, seguidas dos Tratados de Limites (1750-1801) e, por conseguinte, de um enorme esforço diplomático na expectativa de definir suas marcas territoriais, denotam o quanto essa região concentrava interesses geopolíticos antagônicos.

Essa bilateralidade afeita aos impérios Português e Espanhol não foi esquecida pelas jovens nações platinas em seu esforço de construção e consolidação de suas respectivas nacionalidades. Como as relações entre os Estados Nacionais são caracterizadas pela assimetria, era politicamente compreensível que conflitos pontuais se exacerbassem, lançando as nacionalidades na beligerância da própria guerra.

A solução definitiva para esse histórico de conflitos, envolvendo o Império Brasileiro, Argentina, Paraguai e Uruguai, sobreveio apenas com o desfecho da Guerra do Paraguai, Guerra

da Tríplice Aliança ou Guerra Grande como é conhecida no âmbito da sociedade paraguaia.

Com o seu desfecho, sobreveio a ordem jurídica, definindo-se, dessa forma, o exercício da soberania nacional nos espaços nacionais platinos a partir de então.

Nessa primeira parte, pode-se perceber, mesmo de forma eventual, o quanto a conjuntura histórica e política platina constituía-se em um *continuum* da própria guerra. Nesse aspecto, é relevante assinalar que os Estados Nacionais Platinos, mesmo não mantendo um estado de beligerância permanente, viam-se por vezes arrolados em conflitos pontuais³ que se configuravam como tentativas de consolidação de suas influências geopolíticas regionais.

Segundo Foucault (1989 p. 53), "[...] a guerra é fundamento indelével de todas as relações e das instituições de poder". Nesse viés, é significativo destacar que a presença política e militar do Império Brasileiro na região Platina foi determinante na posterior ordem jurídica e política nacional.

Da guerra: importância da batalha de Tuiuti no *continuum* da guerra

A política é a continuação da guerra por outros meios.⁴

MICHEL FOUCAULT

A História Militar é parte integrante dos estudos históricos, ocupando-se dos aspectos militares e, concomitantemente, de seus desdobramentos políticos. A batalha, quando inserida no contexto da própria guerra, não é um fato isolado, ligando-se, de forma processual e unívoca, aos designios políticos do Estado-Nação Moderno.

A maior batalha campal da América do Sul está, portanto, intrinsecamente ligada à

construção da nacionalidade brasileira. Além de ter no Exército o seu principal protagonista e perpetuador institucional, Tuiuti ainda tem o poder de suscitar as ilações da memória, de cujo objeto a História não pode prescindir.

Naturalmente o interesse do Exército em perpetuar a memória campal de Tuiuti liga-se à sua identificação profunda com as causas da nacionalidade brasileira, donde se sobressaem, além das questões relacionadas à soberania e à integridade territorial, os elementos de cunho social das quais provém a sua própria formação e constituição.

Diferentemente de diversas tradições históricas, a guerra e, por extensão, a batalha, não se constitui em mero fato causal ou consequencial que se inscreve em determinado processo. Ao contrário, ela é protagonista da ordem jurídica e política que subjaz aos processos de construção nacionais. Foucault, ao proferir de forma efusiva a frase "[...] quem percebeu, no sangue e na lama das batalhas, o princípio da inteligibilidade da ordem" (1999, p. 121), durante os cursos ministrados no *College de France*⁵, denota o quanto a apropriação de fatos marcantes da História, notadamente aqueles relacionados à guerra em si, está harmonizada com os discursos de ordem que os substituem em tempos de paz.

É precisamente nesse léxico que o Exército se apropriou da batalha de Tuiuti no sentido de veiculá-la aos objetivos de construção do Estado Nacional Brasileiro, em um momento em que outras categorias da sociedade ainda não tinham, de forma clara, nem em termos de ideais nem de significados, o que efetivamente representava um projeto de Estado-Nação.

A batalha de Tuiuti também foi rememorada e comemorada institucionalmente pelo Exército durante as quatro décadas seguintes. A

esta análise soma-se o fato de essa instituição ter como patronos das três primeiras armas figuras importantíssimas e diretamente responsáveis pela vitória brasileira (e aliada) em Tuiuti, quais sejam: brigadeiro Sampaio, marechal Osorio e marechal Mallet, respectivamente, patronos das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Nesse mesmo viés, a escolha do duque de Caxias como patrono da Instituição representa o ápice dessa tradição, inexoravelmente enraizada na identificação do Exército com a legalidade e com a manutenção da soberania e da integridade nacional.

Diferentemente de outras batalhas que tiveram apenas forças brasileiras e paraguaias como protagonistas, a exemplo das batalhas do Avaí e do Riachuelo, celebrizadas nas obras de Pedro Américo e Vítor Meirelles, respectivamente, Tuiuti não figura no panteão estético nacional. Nas obras desses autores, percebe-se a presença do ideal romântico, cujo objeto era a própria guerra que, no plano estético, alinhava-se aos ideais de construção e consolidação nacionais. Além disso, soma-se o fato de nem o governo imperial nem o republicano terem encomendado quadros ou obras visuais que enaltescessem a importância de Tuiuti nesse processo, acrescentando-se ainda o fato de tal batalha ter ocorrido no ano de 1866, momento em que o Estado Brasileiro lutava ao lado de forças argentinas e uruguaias.

Na esteira das construções identitárias nacionais pós-1870, os Estados platinos naturalmente privilegiariam ainda a encomenda de obras específicas, como forma de valorizar os seus feitos isoladamente, uma vez que as antigas dúvidas ou querelas espaciais ou políticas anteriores a 1865 haviam chegado a um bom termo com o término da Guerra da Tríplice Aliança.

Entretanto a batalha de Tuiuti, dada a sua amplitude e o seu caráter decisivo para os rumos da própria guerra, é considerada, sob o viés historiográfico, um ícone da História Militar Sul-Americana. Ela foi o último ato de beligerância no qual os Estados Nacionais Platinos entenderam até onde iriam (ou poderiam ir), definindo, dessa forma, as suas concretas possibilidades de influência regional.

Na concepção foucaultiana da guerra, a ação do Exército Brasileiro em Tuiuti, personificada e rememorada através do legado de seus patronos, pode ser tida como tributária de uma construção histórico-política muito mais ampliada. Além de representar os interesses imperiais no plano militar, de definir as estratégias responsáveis diretamente pelo êxito em batalha, ela reivindica no tempo histórico a sua própria subjetividade. Para além da História Política, esse fato qualificado de guerra pura⁶ por Foucault vem ocupar inclusive o campo da Filosofia da História, uma vez que coloca no centro das discussões inerentes à História Militar o papel que a guerra exerce na instituição dos estados de ordem e de inteligibilidade, considerando-se nesse contexto os processos de construção nacionais da segunda metade do século XIX.

Da Guerra continuada por outros meios: a definição de limites no Prata e a importância do Exército no processo de modernização do Estado Brasileiro

[...] Quem enxergou a guerra como filigrana da paz, quem procurou, no barulho da confusão da guerra, quem procurou na lama das batalhas, o princípio da inteligibilidade da ordem, do Estado, de suas instituições e de sua história.

FOUCAULT, 1999

As relações entre os Estados Nacionais são relações de força, cuja assimetria remete ao princípio da inteligibilidade da ordem, isto é, ao processo de formação dos Estados Nacionais que tiveram sua origem e consolidação no seio da própria guerra. Dessa observação depreende-se um aspecto crucial fundamentado, via de regra, na importância que a guerra tem exercido nos processos históricos.

Na acepção do filósofo francês, cujo esforço hermenêutico e erudição incontestável foram concebidos no sentido de inserir a guerra como categoria universal de investigação histórica, merece destaque o seguinte aforismo:

E esse discurso histórico-político que aparece nesse momento é, ao mesmo tempo, um discurso sobre a guerra entendida como relação social permanente, como fundamento indelével de todas as relações e de todas as instituições de poder. (Foucault, Michel. 1999)

Ao veicular seu uso como uma relação social permanente, há que se considerarem as especificidades nas quais essa mesma relação se efetiva no próprio tempo histórico. No caso específico do Exército, muito mais que um fim em si mesmo, ela constitui-se na própria expressão de seu objeto que, no campo da investigação histórica, é atemporal.

Necessário se faz, contudo, observar que essa inferência epistemológica não se liga literalmente ao historicismo⁷, uma vez que recoloca a História Política no espaço-tempo da contemporaneidade, cujo vínculo hermenêutico não se reduz ao viés identitário ou político-nacional de forma estanque. Isso significa dizer que a inserção efetiva do Exército a partir do pós-guerra da Tríplice Aliança nos processos de construção e modernização nacional transcendeu o viés po-

lítico, tendo a sua ação sido voltada para vários aspectos relacionados tanto à afirmação como à modernização nacional.

Retomando a questão das nacionalidades, René Remond (2002, p. 73) observa que as relações internacionais do período situado entre 1840-1870 praticamente limitaram-se à resolução de questões e litígios fronteiriços locais ou regionais, devido, essencialmente à necessidade que os Estados Nacionais do ocidente tiveram de consolidar as suas influências regionais. Nesse contexto, as guerras, provocadas ou não, eclodiram em distintos espaços-tempos do ocidente contemporâneo (Guerra Franco-Prussiana, Guerra de Secessão Estadunidense, Guerra da Criméia e, por extensão, a própria Guerra do Paraguai).

Analisando-se de forma conjuntural, percebe-se que a atuação do Exército Brasileiro transcendeu, inclusive, o exercício de um preceito constitucional e soberano posto a partir de 1865. Mais que tratar da defesa dessa soberania, coube ao Exército desempenhar um papel proeminente no processo de modernização desde então. Em outras palavras: é a partir desse léxico teórico, fundado no princípio de que a "política é a continuação da guerra por outros meios", que se pode alinhar o Exército aos desígnios do Estado-Nação Brasileiro em tempos de paz.

Ao se falar em Estado-Nação em tempos de paz, cumpre lembrar que esse desígnio não circunscreve exclusivamente ao papel político desempenhado pelo Exército na História nacional pós-guerra da Tríplice Aliança. Nesse sentido, faz-se necessário tal chamamento, uma vez que essa abordagem foi, durante quase dois séculos, dominante e sistematicamente reproduzida no ensino regular formal. Apenas em casos raros, circunscritos à comunidade acadêmica, é

que a atuação do Exército nos processos de modernização nacional pôde ser abordada de forma mais efetiva.

Retomando a perspectiva foucaultiana da guerra, percebe-se que a ordem política posterior passaria a compreender as lutas existentes e preexistentes à ordem de batalha. Evidentemente, nessas relações binárias que se seguem à guerra, os embates continuariam a ser praticados nos campos do Direito e das demais esferas circunscritas ao exercício do poder do Estado. Nesse quesito, é relevante pontuar que o Exército continuou participando da História nacional de forma bastante ativa, mantendo uma coerência interna, que, em linhas gerais, alinhava-se aos propósitos da manutenção da integridade e dos processos cíclicos de modernização nacional.

Isso pode ser percebido nas impressões sobre o soldado e o militar brasileiro de forma geral⁶, fato que, uma vez compartilhado pela imprensa e pela sociedade brasileira, fortaleceu a imagem do próprio Exército no contexto *societal* do país. O apreço institucional às causas da soberania, da integridade e da modernização nacional é, dessa forma, tributário da Batalha de Tuiuti, cuja "trans-historicidade" tem sido inesgotável. Evocar a sua memória por ocasião de seus cento e cinquenta anos significa abrir uma janela para que os historiadores, desde os diletantes até aqueles mais familiarizados com a episteme⁸ da Filosofia da História, possam estudá-la a partir de sua "trans-historicidade" relevante e não menos singular.

Considerações Finais

Além do fato de a guerra ter ocorrido na segunda metade do século XIX, portanto, em um período da História Ocidental mar-

cado pela consolidação das nacionalidades, é relevante pontuar que, nesse contexto, ganhava fôlego tanto o historicismo quanto o positivismo. Foi com base no primeiro que os grandes chefes e líderes militares de Tuiuti foram aclamados pelo Exército e colocados no panteão dos heróis nacionais, que, além de suas virtudes militares, representavam tanto o ideal da soberania nacional quanto o da manutenção da integridade territorial a qualquer custo, sendo a atemporalidade dessas premissas uma condição universal que ensaja tanto o processo de formação do Exército quanto a sua projeção de futuro.

Naturalmente, observando-se as tendências da História Política aplicadas aos estudos da História Militar contemporânea, há que se transcender ao historicismo, analisando-se, dessa forma, a influência que a Guerra da Tríplice Aliança e a maior batalha campal da América do Sul tiveram no processo de consolidação do Exército e do

Estado Brasileiro segundo critérios historiográficos, metodológicos e teóricos.

No caso particular da Guerra da Tríplice Aliança, foi possível estabelecer um recorte teórico a partir do momento em que o Estado Imperial Brasileiro, detentor legítimo do monopólio do exercício da força, instituiu o Exército como mantenedor da soberania no contexto beligerante da guerra. Ao protagonizar a vitória em Tuiuti, a importância do Exército ultrapassa os elementos relacionados à sua consolidação como força armada regular, profissional e moderna, reforçando ainda mais a sua intrínseca relação com as causas da integridade nacional. Essas duas nuances tornaram-se social e historicamente plenas na medida em que a Guerra da Tríplice Aliança mobilizou a sociedade de forma significativa, transformando o poder militar do Estado em força política capaz de criar as condições de sua própria modernização. [108]

Referências

- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Vol 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- REMOND, René. (org) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1999.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Nota do autor.

² O Vice-Reinado do Prata foi instituído em 1776 e compreendia a atual Argentina, Uruguai, Paraguai, além de partes do Alto Peru (Bolívia).

³ Esse séquito de guerras pontuais pode ser definido pelas guerras envolvendo o Império Brasileiro pelo controle da Província Cisplatina (1825-28) e pela Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

⁴ Com esse aforisma, Foucault inverte a narrativa da guerra, classicamente proposta por Karl Von Clau-

sewitz, segundo o qual a guerra se traduzia na continuação da política por outros meios. (Cf. Foucault, 1999, capa).

⁵ Foucault, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Rio de Janeiro, Martins Fontes. Tal obra, não tão conhecida como outros clássicos do autor, refere-se aos cursos ministrados no Collège de France, durante os anos de 1975 e 1976.

⁶ Na acepção teórica foucaultiana, relaciona-se aos desdobramentos da própria guerra, tais como batalhas, tratados, ordens de batalha, armistícios etc.

⁷ Tradição histórica contemporânea dos nacionalismos e do idealismo romântico oitocentista. Entre suas características centrais está o legado fenomenológico hegeliano e diltheyano, fundado no princípio idealista de que o Estado personifica, no plano político e social, a máxima realização do espírito humano.

⁸ [...] "a ninguém se podia confiar tanta autoridade a não ser a Caxias, por ser o militar brasileiro mais importante, tanto com respeito à patente, como pelo prestígio de que gozava". (Doratioto, 2002, p. 255).

⁹ Na acepção foucaultiana, episteme é concebida como o alicerce teórico comum a uma determinada disciplina.